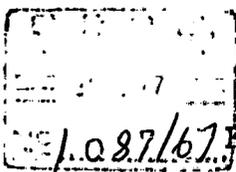


Theobaldo, v. 10.

49571

assinatura



Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

002244 24 JUL 67

Executando seu magnífico programa, que tantos benefícios poderá trazer à educação brasileira, a COLTEP acaba de adquirir livros para a organização das bibliotecas escolares.

Como é do conhecimento de V. Excia., coube ao INEP a seleção dos livros para o ensino primário. Para isso, o referido Instituto realizou várias reuniões entre professores e editores. Prevaleceu nelas o ponto de vista, já firmado pelo INEP, de estabelecer, como padrão, um tipo único de livro didático para as bibliotecas das escolas primárias.

Acredito que o ponto de vista do INEP seja movido pelas melhores intenções, mas não levou êle em conta certos fatores essenciais, que não podiam deixar de ser considerados:

- a) a diversidade dos programas de ensino primário dos Estados e Territórios;
- b) a variedade das condições sócio-econômicas e culturais do nosso país;
- c) os interêsses e preferências dos professores primários das várias regiões;
- d) os grandes estoques de livros editados para atender a essas preferências;
- e) a pluralidade dos pontos de vista doutrinários, que atualmente existem, em matéria de livro didático para o ensino primário.

De acôrdo com o critério estabelecido, o INEP excluiu das bibliotecas todos os meus livros para o curso primário, que são, aliás, os mais adotados nas escolas do país. Esses livros foram elaborados, após inquéritos realizados entre os professores de cada Estado, e são editados pela Livraria Agir Editora, cujo diretor é, por coincidência, o Presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros, ora ausente do país.

Quais os motivos que levaram o INEP a eliminar os meus livros das bibliotecas escolares? Motivos de ordem ideológica? É uma hipótese inadmissível. Minhas obras didáticas são orientadas por uma filosofia democrática e cristã da educação. Sou catedrático de Pedagogia da Universidade Católica desta cidade. É a minha última coleção de livros primários, intitulada "Terra Brasileira" é inspirada nos princípios e ideais da Revolução de 31 de março.

Motivos de ordem técnico-pedagógica? Julgo pouco provável. Sou catedrático de Filosofia da Educação, por concurso, do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, ex-diretor do Departamento de Educação Primária dêste Estado e ex-catedrático de Prática do Ensino Primário da antiga Universidade do Distrito Federal. Além disso, fui membro da Comissão Nacional do Livro Didático e sou autor de duas dezenas de livros de pedagogia e didática, adotados em quase tôdas as escolas normais e faculdades de filosofia do país. Esses livros foram, aliás, adquiridos pelas outras diretorias desse Ministério.

Mas, admitindo-se, para argumentar, que o critério tenha sido de ordem técnica, pergunto a V. Excia.: pode o INEP, em face da Lei de Bases e Diretrizes e da autonomia dos sistemas escolares estaduais, estabelecer um único tipo de livro didático para todas as escolas primárias do país?

Na resposta a estas perguntas estão em jogo, não o valor da obra didática de um modesto professor, mas os interesses inalienáveis da liberdade e da democracia.

Sr. Ministro, antes de exercer a cátedra de Pedagogia e a administração do ensino público nesta cidade, fui professor e diretor das escolas normais e inspetor escolar nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Tive ensejo de analisar, durante muitos anos, a realidade existencial das escolas primárias brasileiras. E foi à luz dessa experiência, viva e concreta, que escrevi meus livros para essas escolas.

Por isso, esses livros, embora baseados nos métodos científicos da educação, não se inspiram em modelos de outros países. São todos baseados nas condições reais do nosso meio sócio-econômico. Daí a razão pela qual têm sido adotados na maioria de nossas escolas primárias.

Na elaboração de uma teoria do livro didático brasileiro, é indispensável não esquecer que poucos são os alunos de nossas escolas primárias que podem comprar mais de um livro e poucas são também as suas professoras que têm curso normal e que possuem recursos para adquirir obras de estudo e consulta.

Longe de mim a idéia de duvidar da honestidade de propósitos do INEP e muito menos de protestar contra a exclusão de meus livros primários das bibliotecas escolares.

Mas não posso deixar de exprimir ao espírito esclarecido e justo de V. Excia. minha estranheza e desencanto diante do que vem de ocorrer. Pois, como professor democrata, adepto da liberdade de ensino, julguei que a Revolução que fizemos, em boa hora, tivesse afastado, para sempre, da educação brasileira, o fantasma da estatização.

Aproveito o ensejo para afirmar a V. Excia. a expressão sincera do meu alto apreço.

\_\_\_\_\_

E.T. Envio, juntamente, alguns dos meus livros didáticos, que peço vênha para oferecer a V. Excia.

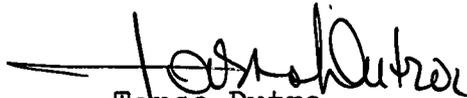
Rio de Janeiro, 29/5/1967

Rua Ares Saldanha, 98-ap. 201  
 Copacabana

Processo nº 49 571/67

Ao I N E P .

Em 21 de julho de 1967.

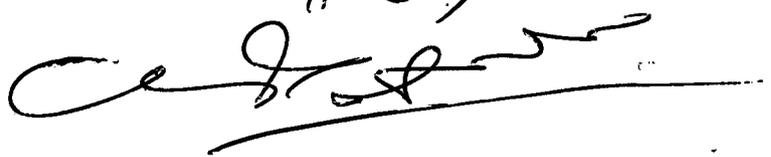
  
Tarsos Dutra

/emg

A Comissão de Linhas  
Prof. Elza Harumati Flores  
24.7.67  
ced. s. s.

A: Bibi de Lencastre  
Em 31/7/67  
  
Maria Virgínia Torres

Informado como se encontra,  
encaminhe-se o expediente ao  
Gabinete do Sr. Ministro.

27. 9. 67  


Senhor Diretor,

Submetemos à consideração de V.Sa. nosso parecer sobre as restrições feitas pelo Prof. Teobaldo Miranda Santos, em cartas dirigidas ao Senhor Ministro da Educação e ao Senhor Secretário Geral do MEC., relativamente aos livros de leitura selecionados pela Comissão INEP/DNE para distribuição a bibliotecas de escolas primárias, pela COLTED.

Os pontos essenciais das críticas feitas pelo referido professor são, em resumo :

1 - Tentativa de padronização do livro didático - Afirma o Prof. Teobaldo M. Santos que o INEP realizou reuniões entre professores e editores, "prevalendo nelas o ponto de vista, já firmado pelo INEP, de estabelecer, como padrão, um tipo único de livro didático para as bibliotecas de escolas primárias". Deixa expresso "não duvidar da honestidade de propósitos do INEP" e acreditar que o critério seguido pela Comissão "é o mais aconselhável sob o ponto de vista didático", embora impraticável quanto ao aspecto econômico. Alerta, contudo, as autoridades educacionais, em nome "dos interesses inalienáveis da liberdade e da democracia", para o "fantasma da estatização" que agora supõe ressurgir através do "poder que o INEP se atribuiu" de estabelecer um único tipo de livro didático para todas as escolas do país.

2 - Inadequação do livro adotado pelo INEP, "como padrão", à variedade das condições sócio-econômicas e culturais brasileiras, às preferências dos professores, aos interesses dos editores e à pluralidade das correntes doutrinárias atuais em matéria de livro didático.

3 - Influência de "missão pedagógica norte-americana", que representa apenas a posição de uma corrente didática e não de todas, nos Estados Unidos", sobre a adoção oficial de "livros de leitura pura" nas escolas primárias mineiras. Em outros Estados, segundo afirma, a preferência do professorado recai em "livros que contêm, num só volume, separados, leituras e conhecimentos, ou em livros de leitura, sem conhecimentos gerais, mas com exercícios junto ao texto.

Ao discutir os argumentos em que se apoiou o Prof. Teobaldo M. Santos procuraremos também configurar as diretrizes que fundamentaram os trabalhos da Comissão.

1 - Tentativa de padronização do livro didático :

O INEP não promoveu reuniões entre professores, com qualquer propósito, em nenhuma fase dos trabalhos de seleção. Para essa tarefa foi constituída uma comissão composta de 11 membros, entre os quais especialistas nas diversas áreas do ensino primário. Essa comissão deveria selecionar 300 títulos, destinados a alunos e professores, entre os livros encaminhados à COLTED pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, podendo, naturalmente, incluir em sua área de escolha outros que fôsem de seu conhecimento.

Achou a referida comissão que a tarefa que lhe fôra atribuída deveria merecer todo seu esforço, a fim de que o material escolhido correspondesse realmente aos objetivos do convênio MEC-SNEL-USAID, de que resultou a COLTED, e as bibliotecas em formação levassem às escolas a assistência de que necessitam. Dêste modo, trabalhou ativamente na seleção dos livros, à luz dos conceitos mais modernos da psicologia da criança, da psicologia da aprendizagem, da didática especial de cada disciplina, numa coerência absoluta com os critérios válidos das técnicas atuais de ensino. E, na presunção de que o INEP, órgão por excelência de orientação e pesquisa, deveria optar pelas obras que melhores condições de ensino e aprendizagem oferecessem ao professor e ao aluno, estabeleceu os seguintes critérios :

- a) - Estar o livro de acôrdo com a psicologia infantil, os interesses, necessidades e desenvolvimento da criança numa determinada idade.
- b) - Conter informações válidas e atualizadas e conceitos de valor na sua área específica
- c) - Apresentar em seu conteúdo, organização e forma as características que o tornam um instrumento eficiente, para a consecução dos objetivos educacionais que deve alcançar.

Naturalmente muitos dos livros analisados não ofereciam tais condições, uma vez que foram escritos para atender às necessidades de currículos existentes - currículos êstes que também precisam de pronta atualização por serem tradicionais, inadequados, em desacôrdo com a psicologia da criança e com os objetivos educacionais.

Estabeleceu a comissão os seguintes percentuais para compor a coleção : -

Livros para professores : -

Conteúdo: 27 livros

Metodologia e didática : 39 livros com a seguinte distribuição dentro das áreas :

Linguagem	19,7%	13
Matemática	15,5%	10
Estudos Sociais	18,2%	12
Ciências	18,2%	12
Pré-Primário	4,5%	3
Psicologia	7,8%	5
Currículo	6,1%	4
Outras atividades	<u>10,0%</u>	<u>7</u>
	100,0%	66

Livros para alunos : -

a) Textos informativos, no total de 110, distribuídos dentro das áreas de : -

Linguagem	50,0%	55
Matemática	18,1%	20
Estudos Sociais	18,1%	20
Ciências	13,6%	15
	<u>99,8%</u>	<u>110</u>

b) Literatura infanto-juvenil, com distribuição quantitativa proporcional à concentração de crianças nas diversas faixas de escolaridade :

1a. e 2a. séries	40
3a. e 4a. séries	30
5a. e 6a. séries	20
	<u>90</u>

Livros de referência : - 34

A Comissão não poderia pretender impor um "livro-padrão" ao magis-  
tério primário por diversas razões :

- a) - Todos os seus componentes têm plena consciência de que a liberdade de experimentação é fator básico para promover o progresso educacional.
- b) - O número de escolas contempladas nesse primeiro projeto da COLTED, isto é, a área de possível influência da comissão, constitui uma parcela irrisória da rede escolar de nível primário (3%).
- c) - Essas escolas terão plena liberdade para pronunciar-se sobre os livros selecionados, podendo naturalmente manter outras preferências, que a COLTED levará em conta no planejamento de outros projetos.

O fato de não ter a comissão objetivado padronizar o livro didático não a obrigava, porém, a fazer concessões no sentido de incluir na coleção, sob qualquer pretexto, tipos de livros que contrariam certos princípios considerados básicos ao bom desenvolvimento do processo educativo.

Conhecendo a necessidade de orientação mais moderna na educação do país, conhecendo, sobretudo, a letra do Convênio MEC-SNEL-USAID, a Comissão houve por bem rejeitar publicações que apresentam resumos de tôdas as matérias e os que trazem gramática formal ao final dos trechos de leitura. Não pretendeu, com isso, tirar a liberdade de quem quer que escreva, ou padronizar os textos num modelo único. O que se desejou foi fazer uma seleção de acordo com a finalidade específica do livro, a fim de que êle correspondesse realmente à sua finalidade, no contexto da educação. Assim como há normas para uma intervenção cirúrgica, para a execução de <sup>um</sup> quadro ou a composição de um soneto, também há padrões que determinam a qualidade didática de um livro, sem que isto, em nada influa na competência ou criatividade de seus autores.

A COLTED não terá nenhum sentido se não vier a contribuir para melhorar a qualidade do livro didático, como ficou definido no Decreto Nº... 59.355, de 4/10/1966, se constituir-se num elemento para facilitar a perpetuação de livros rigidamente planejados, que levam o professor a padronizar as técnicas de aula, que não o estimulam à utilização de recursos inerentes a uma aprendizagem dinâmica.

## 2 - Inadequação dos livros escolhidos pela Comissão INEP/DNE :

- a) - À variedade das condições sócio-econômicas e culturais brasileiras.

Não encontramos nenhum fundamento para a fórmula esdrúxula a que recorreram alguns autores e editôres objetivando contornar o problema sócio-econômico do aluno; livro único, de conteúdo pobre e freqüentemente desatualizado, de orientação didática ultrapassada, que não resolve o problema de despreparo do professor e contraria fundamentalmente, tudo já esclarecido sobre a psicologia da criança e a psicologia da aprendizagem. A substituição do livro para o aluno pelo livro para o professor, quando possível, por razões econômicas, abre perspectivas muito mais positivas para o ensino primário brasileiro, conforme, aliás, foi recomendado pela Comissão Nível Primário da I Semana de Estudos da COLTED.

b) - As preferências dos professôres.

Mesmo admitindo o alto índice de vendas do livro único, como informa o Prof. Teobaldo M. Santos, e interpretando-o como prova de preferência dos professôres, consideramos de alta validade as questões :

- pode-se tomar como acertada a preferência de um professorado em grande parte com nível de preparação considerada insuficiente ?
- se houve também certa penetração desse tipo de livro entre uma parcela do professorado mais esclarecido, não será lícito concluir que foram levados a utilizar esses recursos rotineiros por comodismo ou falta de incentivos noutra direção? Não acreditamos na possibilidade de bom ensino fora do trabalho criador do mestre, atento às diferenças individuais e à variedade das situações reais de aprendizagem.

Cada matéria tem objetivos próprios e o livre deve concorrer para a consecução deles, ajustando-se à experiência total da classe, no desenvolvimento de centros de interesse, de unidades de estudo ou qualquer outra forma de integração das matérias do currículo. Em quaisquer disciplinas não constituem os pontos feitos - generalizações completas, ciência pronta a priori - a melhor maneira de ensinar. Que restará à criança, senão memorizar toda a matéria fatural que lhe é apresentada ?

A Didática dos Estudos Sociais por exemplo, proscreeve os resumos prontos, de Geografia e História, porque não é dessa forma que pretende levar à criança o fato social e muito menos prepará-la para a vida em sociedade. O currículo da matéria obedece a uma seqüência natural do concreto para o abstrato, do próximo para o remoto, do conhecido para o desconhecido e, principalmente nas primeiras séries, nada substitui as experiências

diretas. A prática de desenvolver êsse currículo em áreas amplas ou unidades selecionadas de acôrdo com os interesses e a compreensão da criança resultará, certamente, não só na aquisição das informações necessárias, mas sobretudo na formação de hábitos, atitudes e apreciações desejáveis.

Não é lendo um resumo sôbre pontos cardeais que o aluno aprenderá melhor a orientar-se como também não é um trecho sôbre democracia, na primeira série, que o levará a compreender melhor seus direitos e seus deveres, o que é o bem e o mal ou torná-lo um bom cidadão. Além de não ter suficiente amadurecimento para apreender tais conceitos, a criança só terá competência social se lhe fôr dada a oportunidade para experiências sociais. Espera-se que os conhecimentos fatuais de Geografia e História transformem-se em fatores de socialização e tempo perdido. Valores morais e espirituais são obtidos paulatinamente pelas vivências diárias, pelos exemplos, por diferentes processos de ensino usados na própria classe. Os livros, para que ajudem na obra da educação, precisam ter conteúdos bem organizados, equilibrados, dando oportunidades para a criança ganhar idéias valiosas para seu desenvolvimento como indivíduo e como membro da coletividade no mundo moderno.

Por outro lado, as mutações por que passa o mundo e particularmente o Brasil não permitem que textos de Estudos Sociais perpetuem-se em livros de leitura que, em geral, não sofrem modificações periódicas. Achou a comissão preferível aprovar textos e séries específicas de Estudos Sociais, sempre dinâmicas, que acompanham as modificações que se efetuam no tempo e no espaço.

Um escrito sôbre o rio São Francisco de hoje será muito diferente da informação de cinco anos atrás. Os rápidos avanços tecnológicos que fazem o progresso das nações desenvolvidas têm sido também a meta do Brasil, que vai deixando o estágio agrícola a caminho da industrialização. A criança precisa sentir nos livros êsse dinamismo. Não é justo que se lhe dê uma imagem senão falsa, mas anacrônica do seu país.

Da mesma forma que os Estudos Sociais, a didática de CIÊNCIAS vem passando por transformações profundas, procurando os melhores meios que a levem às finalidades específicas dêsse currículo na educação. Estamos na era científica e tecnológica e o mundo em que a criança vive é um convite constante à sua curiosidade e indagações. Os métodos modernos rejeitam os

os pontos feitos porque não é com êles que vamos oferecer às crianças e aos professôres o melhor recurso para o estudo da matéria. A criança precisa aprender a observar e experimentar, compreender o próprio meio em que vive, desenvolver seus raciocínios e chegar às suas próprias generalizações. Se lhe dermos tudo já resolvido, ela não fará suas redescobertas, aceitando passivamente a informação já pronta. A educação para a democracia pressupõe sêres ativos que tenham meios de resolver seus problemas, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento geral.

O INEP, como órgão orientador da educação, procurou proporcionar ao professor o que há no país de mais moderno e atualizado, e, em bôa hora, vários autores e professôres estão renovando textos e currículos para atenderem às exigências atuais, quanto ao conteúdo, organização, conceitos e outras características de valor.

Já os compêndios da MATEMÁTICA moderna trazem muitas modificações tanto na forma de apresentação do conteúdo a ser ensinado quanto nos processos usados, e, no Brasil observam-se movimentos de reforma. Na Guanabara, em São Paulo, em Minas, no Rio Grande e outros Estados. À luz dessas idéias julgou a comissão mais acertado indicar livros que se dedicam, em especial, ao assunto, uma vez que os simples textos inseridos em livros de leitura só podem tratar superficialmente do assunto, concorrendo para a cristalização de processos noticiosos do ensino matemático.

c) - A pluralidade das correntes doutrinárias atuais em matéria de livro didático.

Os livros didáticos europeus e americanos não confirmam a existência de "corrente doutrinárias" em favor do livro único. Apresentam conteúdos altamente interessantes, a par de outras qualidades necessárias às séries básicas. Informações, quando há, são formas de enriquecimento cultural e nunca pontos, áridos sôbre diferentes disciplinas. As atividades que se seguem às leituras dizem respeito à compreensão dos textos e ao enriquecimento do vocabulário - e não são exercícios de gramática formal.

A comissão não manteve uma posição radical contra os livros de leitura acompanhados de exercícios. Coerente, entretanto, com as diretrizes dos livros estrangeiros, insurge-se contra lições de gramática, baseadas em abstrações e definições incompreensíveis para a criança, em enumerações in

digestas, seqüentes aos trechos de leitura e às vêzes sem mesmo guardar um elo de relação com os mesmos, contrariando o que de mais moderno se vem tendo entre nós em termos de um ensino funcional da gramática. Apresentar ao aluno definições de substantivos, adjetivos e outros aos 7 anos, é fazê-lo decorar conceitos puramente intelectuais que não pode compreender.

Sôbre o assunto já se rebelava, no princípio desse século, o professor Ferdinand Brunot, da Universidade de Paris, na excelente obra: "L'Enseignement de la Langue Française; ce qu'il est - Ce qu'il devrait être dans l'enseignement primaire, 5ème edition, 1922. À página 128 lê-se: -

"Il faut rompre d'abord complètement, absolument, avec la méthode déductive, qui part des définitions. Dans certaines sciences, il est possible de s'appuyer sur des définitions rigoureusement exactes, comme celle des parallèles ou du triangle rectangle. En grammaire, il n'y a jamais de définition strictement vraie, si cette définition n'est pas bornée à la forme, et il n'y en aura jamais."

E à pag. 133 :

"On ne commence plus par une définition, on ne finit même pas par elle; car ce que je viens de dire n'est pas une définition, c'est une appellation. Il y a une différence totale, essentielle, entre la définition qui dit : Le verbe est un mot qui ... et cette simple constatação: Le mot qui, dans cette phrase, lie l'attribut au sujet, s'appelle verbe. - Le mot qui dit ce que fait ici le sujet, s'appelle verbe. Avec le premier système, je suis obligé, sous peine d'erreur, de renfermer dans ma phrase toutes les fonctions du verbe, et je ne le puis pas. Avec le second, quand je l'ai vu en fonctions, que j'ai examiné et compris ce qu'il fait dans une phrase, puis dans une autre, où il n'a pas le même rôle, je nomme verbe le mot que je viens d'observer; rien de plus".

As idéias de Brunot foram divulgadas, em Minas, por Artur Joviano e a Gramática Funcional foi incluída nos programas de ensino de Minas Gerais, por Lúcia Casasanta, em 1953. Aceita com entusiasmo em todo o Brasil, constituiu um movimento contra o formalismo da antiga aprendizagem da gramática, que, segundo os psicólogos, não se transfere para as formas corretas da linguagem. A língua não é disciplina que se possa ensinar com pontos feitos e horas marcadas. A gramática aprende-se pelo treino das formas corretas e a criança será levada à indução das leis que regem tais ou tais casos.

d) Aos interesses dos editôres: -

Qual a origem dêsses interesses ?

Maior índice de vendas de livro único? Preço mais baixo dêsse tipo de livro em relação ao de originais resultantes de mais longos estudos e experiências ? Falta de assessoramento técnico às editôras ? Acreditamos nessa última hipótese pois o professorado brasileiro, apesar dos fatores adversos que lhe dificultam o trabalho e da baixa remuneração a ele atribuída, tem revelado possuir espírito renovador e progressista quando estimulado nesse sentido.

3 - Influência do PABAEE na adoção de "livros de leitura pura" nas escolas primárias mineiras ...

Antes de tudo convém assinalar que convergiram ao PABAEE, para cursos e estágios, dezenas de professores provenientes de todo o Brasil, não se restringindo, pois, sua influência, ao Estado de Minas Gerais. Pode-se, sim, afirmar que os técnicos americanos encontraram nesse Estado campo propício ao desenvolvimento de princípios didáticos modernos, principalmente no campo do ensino da linguagem. A produção e adoção de bons livros de leitura já constituíam uma tradição mineira à época em que foi iniciado o programa americano-brasileiro de educação elementar, de tão fecundos resultados.

Também em São Paulo, já em 1919, foi premiado com uma edição especial, pelo Estado, o livro do Prof. Tales de Andrade - Saudade - , de "leitura pura". Sobre ele disse, em prefácio, Sampaio Dória: "Eis um livro digno de aplauso. Para que ele se imponha, não é preciso confrontá-lo com a massa de livros, sem idéias e sem estilo, que andam por aí a enfarar e seduzir as crianças. Mas brilha, pelo seu valor intrínseco, entre os melhores livros de leitura como os de Köpke.

O autor tem a intuição exata da psicologia infantil; sabe ser criança entre as crianças, aliando a um assunto próprio uma linguagem sóbria e expressiva ...".

Quarenta anos depois, em 1959, por requerimento do Senador Auro de Moura Andrade, foi aprovada moção de louvor, pelo Senado Federal, em sessão de 29/11/1959, a Tales de Andrade e a Saudade, ao mestre-escola e ao livro.

### Influência americana ?

Todos conhecem o fato de que a 1ª edição de "Narizinho Arrebitado", de Monteiro Lobato, saiu como "2º livro de leitura para uso das escolas primárias". Washington Luís, então na presidência de São Paulo, quando percorria os grupos escolares em companhia de Alarico Silveira, notou que em todos eles havia um livrinho de leitura extraprograma, muito surrado, e disse: "Se este livro anda assim tão escangalhado em tantos grupos, é sinal de que às crianças gostam dêle. Indague de quem é e faça uma compra grande; para uso em tôdas as Escolas". Assim foram adquiridos pelo Governo .. 30.000 exemplares da obra.

### Influência americana ? Estatização ?

Será também em virtude dessa influência que muitas escolas da Guanabara estão adotando, como livro básico de leitura, Cazuzza, de Viriato Corrêa ? Cremos, isto sim, que o nosso professorado está chegando à conclusão de que o desinterêsse pela boa leitura, o baixo padrão de linguagem oral e escrita da grande maioria de nossos jovens têm, em sua raiz, não só, na escola primária como também no ginásio, as leituras mecânicas e estéreis, as redações estereotipadas, os exercícios de gramática formais e sem eficiência. Citamos, aqui, a Prof. Juraci Silveira - Leitura na Escola Primária, pag. 38 : "Com a esdrúxula medida que, assustadoramente, medrou entre nós de um só livro, contendo todo o programa de uma determinada série, tendem a desaparecer, lamentavelmente, os verdadeiros livros de leitura, com qualidades literárias, com elementos de beleza e ficção, com adequação de vocabulário, com sugestões para outras atividades e para outras leituras, de apresentação agradável e, não raro, ilustrados de maneira sugestiva, destinados a encantar, a prender a atenção dos pequeninos leitores. E não é só isso. A criança, durante todo o ano letivo, lê um único livro, quando não ocorre mal maior - o de ler, durante todo o curso, um único autor ... "

Ao desenvolver essas considerações em torno da questão levantada pelo Prof. Teobaldo M. Santos esclarecemos, Sr. Diretor do INEP, que desejamos, sobretudo, invalidar a motivação atribuída à Comissão de Seleção.

Foi uma exposição honesta e sincera das diretrizes que orientaram a Comissão. Qualquer argumentação mostrando o desacerto dos critérios adotados será naturalmente aceita, para que, em decisões futuras, evitem-se as

falhas que, porventura, tenha havido nesse primeiro trabalho de seleção de livros para a COLTED.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1967

Elza Masciocento Alves  
Maria Yvonne A. de Araújo  
Terezinha Caseranti  
Maria Duolita Peixoto  
Liliana Lopes  
Maria Joci Benetti

Processo n. 49.571/67

Sim. 24-10-67

Senhor Ministro:

*Favorino Mercio*

SANTOS

O Sr. THEOBALDO MIRANDA ~~SOUSA~~ em carta dirigida a V.Exa. reclama contra a exclusão de seus livros que não foram selecionados pela Comissão INEP /DNE para as bibliotecas da COLTED.

A Comissão de Livros do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais presta informações que sugiro sejam transmitidas ao interessado.

Em, 20 de outubro de 1967

*Favorino Mercio*

Favorino Mercio  
Chefe do Gabinete

*Proceder-se na  
forma do despacho.  
26.10.67  
J.R.W.*

Senhor Diretor,

O Secretário Geral do MEC encaminhou a este Instituto as cartas em que o Prof. Teobaldo Miranda Santos manifesta suas restrições aos livros de leitura selecionados pela Comissão INEP/DNE para distribuição a bibliotecas de escolas primárias, pela COLFED.

Sobre o assunto já nos manifestamos em parecer contido no Processo nº 49.571/67, encaminhado ao INEP por determinação do Senhor Ministro, de que juntamos uma cópia.